

## ECOLOGIA DO IMAGINÁRIO, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO: MUDANÇAS AMBIENTAIS E HISTÓRIAS DE VIDA DE PESCADORES RIBEIRINHOS DE ILHA DAS FLORES, SERGIPE, BRASIL

**Maracy Pereira** (Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente)  
**Antônio Menezes Vital de Souza** (Doutor em Educação. Orientador de Pesquisa)

### INTRODUÇÃO

As práticas pesqueiras desenvolvidas e utilizadas pelas comunidades ribeirinhas no que se refere ao funcionamento de apropriação, uso e gestão dos recursos naturais podem ser adotados como referência à construção de dispositivos políticos, estruturais e formais em torno da ideia de sustentabilidade local? Esse questionamento desperta o interesse de pesquisadores em diversas ciências (ambientais, sociais aplicadas, humanas e engenharia, por exemplo) pela ampla potencialidade de produzir inovações no desenvolvimento de programas, projetos e planos de desenvolvimento participativo e participante.

Essa linha de investigação tem mostrado que, se o respeito pelo uso sustentado dos recursos torna-se algo compartilhado pela comunidade, aumentam as chances de êxito de formas de gestão capazes de favorecer o alcance simultâneo de uma distribuição mais equitativa da riqueza gerada e de aumento das margens de sustentabilidade dos recursos da comunidade (Diegues, 1994). Estabelecendo uma relação entre os ambientes e o modelo de desenvolvimento adotado pela comunidade, concebe-se um ambiente não só como meio físico biótico, mas também social e cultural. Sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega, a Comissão preparou, em 1987, um dos mais importantes documentos do tempo atual (o Relatório *Nosso Futuro Comum*, também denominado *Relatório Brundtland* (CMMAD, 1988)), responsável pelas primeiras conceituações oficiais, formas e sistematização sobre Desenvolvimento Sustentável. Esse relatório, como estratégia de desenvolvimento à sustentabilidade, define o “desenvolvimento sustentável como desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

O *relatório Brundtland* parte das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Reforça a interligação entre economia, tecnologia, sociedade

e política para que seja instalada uma postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. O relatório apresenta um conjunto de medidas que deve ser orientado tanto nacional como internacional. Nas medidas nacionais devem: a) limitar o crescimento populacional; b) garantir a alimentação a longo prazo; c) garantir a preservação da biodiversidade dos ecossistemas; d) estimular a diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitam o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser mantidas.

Para as medidas internacionais, sugere-se que: a) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; b) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos e o espaço; c) guerras devem ser banidas; d) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável. Todavia, a grande diversidade de concepções e princípios da sustentabilidade não permite a escolha de uma única direção a respeito do desenvolvimento sustentável. Dá-se a impossibilidade segundo a qual a exigência de sustentabilidade não pode assegurar a conservação de cada espaço natural, de cada local, exigindo da economia local um limite de seu desenvolvimento somente com as possibilidades de seus recursos.

Para Cavalcanti (1997), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente, condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores, em dado ecossistema. O conceito de sustentabilidade equivale à ideia de manutenção do sistema de suporte de vida. Significa comportamento que procura obedecer à manutenção da vida em sua diversidade, multiplicidade e inter-relação. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo. Enfim, o princípio da sustentabilidade do todo só pode repousar na sustentabilidade conjunta de suas partes. Há que considerar não só os aspectos materiais e econômicos, mas o conjunto que compõe o fenômeno do desenvolvimento: os aspectos políticos, sociais, culturais e físicos. Lê-se:

[Sustentabilidade] é “a relação entre os sistemas econômicos humanos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, dinâmicos, mas normalmente com mudanças vagarosas, na qual: a) a vida humana possa continuar indefinidamente, b) as individualidades humanas possam florescer, c) a cultura humana possa desenvolver, d) os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de limites a fim de que não destruam a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida”.(Costanza, 1991: 114)

Logo, é possível afirmar que estamos diante de diferentes formas de sustentabilidade: econômica, social, política, cultural, institucional e ambiental (recursos naturais). Assim, são estabelecidos alguns critérios gerais que suportam a sustentabilidade: adaptação, ajustamento, diversidade e equidade.

A adaptação é um dos pontos principais da teoria ecológica. Do ponto de vista biológico, refere-se às mudanças genéticas que conferem à espécie um maior sucesso reprodutivo. É um processo no qual tempo e interação são componentes necessários. Para Moran (1990: 95), “adaptação é um processo compreensível em um nível específico”. Estratégias são desenvolvidas por sociedades que têm uma relação com o meio ambiente. Tais relações apresentam variações do meio ambiente de acordo com o seu relacionamento, podendo ocorrer em dois níveis: individual e sociocultural, o que leva a desenvolverem-se estratégias culturais. Na adaptação são consideradas as estratégias culturais, os critérios demográficos, os critérios nutricionais e a eficiência energética.

O ajustamento, como critério para a sustentabilidade ambiental, requer que as populações tentem se localizar espacialmente próximas de suas atividades, definindo uma estrutura social. Dessa forma, influem na estrutura social e nos padrões de comportamento da população. A mobilidade tem sido importante para determinados grupos indígenas, que pode estar ligada à relativa importância da caça, em comparação com a pesca. A mobilidade espacial quando é realizada na forma de exploração sazonal de recurso transforma-se em um traço característico de determinadas comunidades.

A diversidade e a equidade dos sistemas biológicos e sociais terão maior capacidade de sustentabilidade quanto maior for a sua diversidade de espécies e de etnias, bem como de elementos econômicos, políticos, sociais, culturais e institucionais. Dessa forma, constituem parâmetros globais para a sustentabilidade: o estoque de capital natural, a capacidade de

regeneração do estoque do capital natural renovável, o estoque do recurso não renovável e a alternativa de substituição industrial do recurso não-renovável.

O uso contínuo do conceito de desenvolvimento sustentável alerta para a necessidade de se refletir sobre o desenvolvimento como um processo assegurador de sobrevivência em relativas condições, garantindo uma qualidade de vida no tempo e no espaço, o qual suporta a relação que deve existir entre o homem como membro de uma sociedade, seu desenvolvimento econômico e seu ambiente natural. Assim, a sustentabilidade ambiental, principalmente de comunidades ribeirinhas, desenvolveu-se por meio de comportamentos éticos, nos seus aspectos culturais, mantendo uma preocupação na conservação e preservação da vida e do ambiente. A sustentabilidade é um processo que implica em um ajuste social e econômico com métodos e técnicas, para que a natureza atenda às necessidades básicas da comunidade.

As comunidades ribeirinhas caracterizam-se pela diversidade de suas atividades produtivas, atributo que assegura sua sobrevivência, contanto que essa diversidade de produção esteja relacionada com o padrão de necessidades e recursos disponíveis no local. Nesse mesmo princípio, a sustentabilidade ecológica emerge com grande força e persistência ao interesse público como efeito direto do caráter catastrófico e recorrente com o qual a insustentabilidade ecológica se tem feito sentir, sobretudo depois da segunda guerra mundial, diante da expansão das tecnologias de amparo à forma de desenvolvimento dominante nos países que optaram pela industrialização em grande escala.

Daí que se pode dizer, com toda razão, que o conceito de sustentabilidade sugere a causa dos efeitos da insustentabilidade. A sustentabilidade como conceito está ancorada em uma problemática econômica e de recursos físicos esgotáveis, que seria um suporte à sobrevivência da humanidade no futuro dentro do sistema econômico dominante. Por outro lado, Sachs (1980: 38) afirma que “trata-se de buscar soluções locais aos problemas globais, valorizando do melhor modo possível as potencialidades de cada ecossistema, os recursos específicos do mesmo e as contribuições de cada cultura”.

Quando se fala em sustentabilidade, é necessário definir qual é a amostra da unidade de análise (o econômico, em geral, o psíquico, o cultural, o social, o ambiente ecológico) em concreto? Enfim, qualquer análise da sustentabilidade ecológica, feita desde a política, a econômica até moral, é fragmentada e realizada com prejuízos. A natureza pode existir sem o

ser humano. De fato, o homem é um fenômeno recente na evolução e depende irremediavelmente dela. Ele é apenas um apêndice de que o conjunto unitário pode prescindir, seguramente, havendo seus ajustes internos, porém nunca o inverso.

## 1 SABER LOCAL

As discussões de conservação da biodiversidade são respaldadas em estudos com ênfase na ecologia cultural, principalmente no sistema tradicional de manejo de recursos. Durante a ECO-92, um instrumento de direito internacional, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) provocou uma das mais polêmicas discussões ocorridas em eventos internacionais, onde se presenciaram posições de países desenvolvidos tentando garantir, pelas tecnologias, o patrimônio genético pertencente à humanidade. Assim foi que se estabeleceram os objetivos da Convenção da Diversidade Biológica, priorizando a conservação da diversidade biológica; o uso sustentável de suas partes constitutivas e a repartição justa e equitativa dos benefícios que advêm do uso dos recursos genéticos. Em seu artigo 8º, a CDB estabelece que os países-membro devem:

de acordo com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades indígenas e locais que incorporam estilos de vida tradicionais relevantes para a conservação e o uso sustentado da diversidade biológica e que promovam sua aplicação mais ampla com o assentimento e envolvimento dos detentores desses conhecimentos, inovações e práticas e encorajem o compartilhar equitativo dos benefícios resultantes da utilização desses conhecimentos, inovações e práticas.

Embora a expressão saber local englobe o saber tradicional, ela não é eventual. Para Cunha (1999: 56), “saber local como, aliás, qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração”. Pode-se achar que tanto quanto e talvez mais do que informações, é, sobretudo, presumir formas de aprendizado, de pesquisa e de experimentação. Logo, se entende que o saber tradicional é essa forma específica de se praticar ciência, então a palavra passa a ser equivalente à noção de local (Cunha, 1999).

No processo educativo o aprendizado envolve um trabalho de prática de todas as capacidades que promovem o desenvolvimento do ser humano. Para que efetivamente a educação seja estabelecida são necessárias a continuidade e a constante compreensão, interpretação e expressão da realidade. A localização, o processamento e a utilização de informações envolvidas no processo educativo devem estar vinculadas ao desenvolvimento sustentável. Logo, a participação da comunidade é decisiva, por deter o saber local.

Maybury-Lewis (1997), considerando a especificidade da questão agrária, a partir do Estado do Amazonas, enquanto referência de sua pesquisa reflete sobre os caminhos que poderão mitigar as dificuldades pelas quais passam ribeirinhos e outros segmentos da Amazônia. O autor examina os problemas envolvendo os recursos naturais, especialmente as questões relacionadas com a terra e a água; observa como a questão agrária afeta a população rural ribeirinha, e chama a atenção para os efeitos negativos da falta de peixe na economia doméstica dessa família, como fator que desestabiliza esse tipo de economia.

Analisando o centro das comunidades ribeirinhas, o autor observa que elas se envolvem, frequentemente, com muito fervor, em atividades religiosas comunitárias, organizadas ou pela Igreja Católica ou pelas Igrejas Protestantes Fundamentalistas. Tal religiosidade comunitária pode ser mobilizada para finalidades que não são *stricto sensu* religiosas: como a organização de um sindicato de trabalhadores rurais. No entanto, o acesso dos membros das comunidades ribeirinhas ao sistema formal educacional coloca realmente a questão da aprendizagem de novos saberes, novas relações ao saber e novas formas institucionais de vida. Entretanto, essa assimilação é baseada em parte no saber local. Obviamente, que uma aprendizagem prática, baseada na interpretação do formal, do informal e do não-formal é um trabalho de empilhar, um constante trabalho de sedimentação de integração de novos métodos de compreensão da vida social. O fato de participar da comunidade não se estabelece como uma adesão às normas e valores próprios da cultura local, mas sim a processo ativo de construção e realização de uma nova identidade. Berthelot (1983: 122) referiu-se assim a esse saber:

“um saber só pode desenvolver sua afetividade prática se for assimilado, isto é, não somente conhecido, mas transformado através dos gestos e atos de um indivíduo em operações integradas em determinada prática. Enquanto tal, um saber nunca se limita a ser transmitido; é sempre objeto de um processo de incorporação que, enquanto implica o indivíduo em sua totalidade, é

simultaneamente processo de socialização, isto é, processo de produção do ser biológico como ser social”.

Portanto, são consideradas populações tradicionais aquelas comunidades que dependem culturalmente do extrativismo dos recursos naturais e que ocupam ou utilizam-se de uma mesma área geográfica há várias gerações, de forma tal que não provocam alterações no meio ambiente, isto é, são partícipes da natureza. Essas comunidades são consideradas, pelas suas peculiaridades sociais e culturais, como capazes de transmitir saberes e vivências no uso de recursos naturais, baseado no conhecimento acumulado e a permanente relação com a natureza.

Entretanto, muitas dessas comunidades são substituídas por programas de desenvolvimento que inevitavelmente caminham para a degradação ambiental. O “conhecimento tradicional, as inovações e práticas” de “comunidades locais incorporando estilos de vida tradicionais” são frequentemente referidos por cientistas como Conhecimento Ecológico Tradicional (*Traditional Ecological Knowledge* (TEK)) definido por Gadgil et al., (1993: 79) como “um corpo cumulativo de conhecimento e crenças, passado adiante através das gerações pela transmissão cultural, acerca das relações dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com seu ambiente”.

Denota-se uma preocupação geral em torno da sustentabilidade de comunidades locais em termos sociais, ambientais e econômicos. As atividades humanas parecem ser as causas mais comuns atingindo as comunidades ribeirinhas, porque a excessiva pesca predatória e o turismo desorganizado têm levado à alteração de hábitat e à perda da biodiversidade. Algumas das alterações ambientais têm sido consideradas como sendo induzidas pelos homens, por exemplo, a poluição dos rios, o desbarrancamento de suas margens, as queimadas, a diminuição da pesca e outros.

A comunidade ribeirinha de Ilha das Flores é reconhecida pelas características atribuídas por Diegues (1996) para culturas e sociedades tradicionais, apresentando: *modo de vida*, dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis; *conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos* que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais.

Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral; *noção de território ou espaço* onde o grupo social reproduz-se econômica e socialmente; *moradia e ocupação desse território por várias gerações*, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; *importância das atividades de subsistência*, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; *reduzida acumulação de capital*; *importância dada à unidade familiar*, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; *importância das simbologias*, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas; *a tecnologia* utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo até o produto final; *fraco poder político*, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos e auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. Isso remete para a seleção de dados, informações e análises que possam apontar as alternativas da comunidade diante das condições de vida. Então, para entender os fatores ambientais que agem na comunidade, podem-se abordar, simultaneamente, dois aspectos: condição de vida e experiência de vida.

As condições de vida da comunidade ribeirinha apontam uma determinada situação socioeconômica e de acesso às políticas públicas, determinando, ao mesmo tempo, o surgimento de alguns problemas referentes à educação, saúde, meio ambiente e outros. Cunha (1996: 99) refere-se às condições de vida como “campo de ação no qual os sujeitos se movem e atuam, buscando formas de enfrentamento dos problemas e de suas condições como um todo”. Para o conceito de experiência de vida, Thompson (1981: 41) enfatiza que:

os homens e mulheres retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, indivíduos livres "mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e antagonismos é em seguida 'trata' essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, relativamente autônomas) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.



Nesse sentido, busca-se compreender o que o ser humano sente sobre o lugar e o espaço considerando as diferentes maneiras de vivenciar e interpretar esse espaço, o espaço e lugar com relação aos sentimentos e emoções dos indivíduos. Os ribeirinhos, seres humanos instalados às margens dos rios, desenvolvem permanentemente uma estreita relação com o ambiente, a qual se manifesta numa intensa interação. Isso pode ser revelado em diversos aspectos do cotidiano em relação à conservação do solo, da água, da fauna e da flora que caracterizam a condição sociocultural das comunidades tradicionais. O fato de ocupar a margem do rio São Francisco possibilitou-lhes adaptações às condições ecológicas existentes. Nesse sentido, de acordo com Tuan (1980), uma estreita relação inclui os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente. É exatamente isso o que ocorre quando se analisa o *locus* de vivência das comunidades ribeirinhas instaladas às margens do rio São Francisco.

A população está formada por uma mistura de pescadores e agricultores. Entretanto, a maioria é constituída de agricultores, com sua ocupação principal: o plantio do arroz. Com frequência têm as duas aptidões: pescadores e agricultores. As comunidades possuem obrigatoriamente uma escola, sendo este o instrumento mais importante das mesmas, que pode ser estadual ou municipal, oferecendo as séries iniciais, o ensino fundamental e o médio, e, em algumas, programas especiais, como supletivo, ou até mesmo classes de aceleração, que são alternativas de recuperação. Aparentemente, as escolas funcionam bem. Existe informalmente uma associação de pais que se ocupa da manutenção física da escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ribeirinho pescador enfrenta a legislação pesqueira que é feita sem ouvir as pessoas da região, resultando em decretos, portarias e resoluções que não atendem aos interesses dos pescadores nem do ambiente. De toda forma, os pescadores ribeirinhos de Ilha das Flores aí se desenvolveram e permanecem como verdadeiras testemunhas das modificações que gradativamente foram acontecendo na região. Apesar de tudo, são fortemente impregnadas de uma sabedoria que só se adquire na convivência com elementos que são comuns na sua história. Elementos que permeiam o cotidiano dessas comunidades e que remetem para uma preocupação com a continuidade das mesmas, das suas diversidades culturais, biológicas e sociais.

Por fim, a importância do conhecimento tradicional dos pescadores ribeirinhos de Ilha das Flores está na revelação das relações ecológicas, econômicas e culturais. Baseia-se em que os ribeirinhos possuem experiência na conservação e preservação da diversidade biológica e ecológica, que estão atualmente sendo destruídas. Eles podem continuar a ensinar a valorizar as relações entre o homem e a natureza. Entretanto, somente se essas comunidades sobreviverem é que se pode aprender a dar a eles igual status no futuro. As comunidades ribeirinhas desempenham fundamental papel na conservação da biodiversidade do rio São Francisco.

## REFERÊNCIAS

AMOROZO, M. C. de M. **Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, Brasil**. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo, 1996. 263p.

AMOROZO, M. C. de M. Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, MT. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE ETNOBOTÂNICA E BOTÂNICA ECONÔMICA, 1996, Nova Friburgo. **Etnobotânica: bases para conservação**. Sepopédica: EDUR, 1998. p.121 - 131.

BERTHELOT, J. **Le piège scolaire**. Paris: PUF, 1983.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultura, 1995.

CAVALCANTI, C. Política de governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez. 1997. p. 21-40.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. FGV., 1988. 46p.

COSTANZA, R. (Org.) **Ecological economics: the science and management of sustainability**. Nova York: Columbia University Press. 1991.

CUNHA, M. B. **Movimentando o binóculo**: das análises que imobilizaram às falas que interrogam, a fala dos excluídos. São Paulo: Papirus. 1996. (Cadernos CEDES 38).

CUNHA, M. C. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, v.13, n.36, p.147 – 163, 1999.

DIEGUES, A. C. S. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. São Paulo: 1994.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996. 196p.

GADGIL, M.; BERKES, F.; FOLKE, C. Indigenous knowledge for biodiversity conservation. *Ambio*, v.22, n. 2-3, p. 151-156, 1993.

MAYBURY-LEWIS, B. Terra e água: identidade camponesa como referência de organização política entre os ribeirinhos do rio Solimões. In: FURTADO, L.G. (Org). **Amazônia: desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida**. Belém: UFPA/NUMA., 1997. p. 31 - 69.

MORAN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes. 1990.

POSEY, D. A. Exploração da biodiversidade e do conhecimento indígena na América Latina: desafios à soberania e à velha ordem. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez; Recife : Fundação Joaquim Nabuco. 1997. p.345 - 368.

SACHS, I. Ecodesarrollo: concepto, aplicación, implicaciones. **Comercio Exterior**. n.30, p. 718-725. 1980.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

TUAN, YI-FU. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. S.Paulo: DIFEL S.A , 1980.